SEC. ADM.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Secretaria Geral do Ministério da Guerra

Rio de Janeiro, 11 de Abril de 1942

BOLETIM DO EXÉRCITO

N. 15

ÍNDICE DE DECRETOS-LEIS, DECRETOS, CIRCULAR, AVISOS E NOTAS

	Págs.
Decreto-lei n. 4.222, de 2-4-942	1202
Decreto-lei n. 4.223, de 2-4-942	1207
Decreto-lei n. 4.224, de 2-4-942	1213
Decreto-lei n. 4.225, de 2-4-942	1201
Decreto-lei n. 4.226, de 2-4-942	1212
Decreto-lei n. 4.235, de 6-4-942	1213
Decreto-lei n. 4.237, de 8-4-942	1205
Decreto-lei n. 4.238, de 8-4-942	1205
Decreto n. 9.198, de 2-4-942	1212
Decreto n. 9.203, de 6-4-942	1204
Circular da Presidência da República n. 5-42, de 7-4-942	1223
Aviso n. 867-Dir Fun 149, de 1-4-942	1221
Aviso n. 871-Dir Fun 150, de 4-4-942	1219
Aviso n. 872-Dir Fun 151, de 4-4-942	1219
Aviso n. 873-Dir Fun 152, de 4-4-942	1219
Aviso n. 874-Dir Fun 153, de 4-4-942	1219
Aviso n. 875-Dir Fun 154, de 4-4-942	1221
Aviso n. 876-Inst 5, de 4-4-942	1209
Aviso n. 889-Inst 6, de 8-4-942	1208
Aviso n. 892-Dir Fun 155, de 8-4-942	1219
Aviso n. 893-Dir Fun 156, de 8-4-942	1220
Aviso n. 894-Dir Fun 157, de 8-4-942	1220
Aviso n. 895-Dir Fun 158, de 8-4-942	1220
Aviso n. 896-Dir Fun 159, de 8-4-942	1220
Aviso n. 897-Dir Fun 160, de 8-4-942	1220
Aviso n. 898-Dir Fun 161, de 8-4-942	1220
Aviso n. 899-Fisa 1, de 8-4-942	1230
Aviso n. 907-Dir Fun 162, de 9-4-942	1221
Aviso n. 908-Dir Fun 163, de 9-4-942	1221
Aviso n. 909-X 53, de 9-4-942	1230
Nota n. 432, de 6-4-942	1225
Nota n. 436, de 7-4-942	1224
Nota n. 438, de 8-4-942	1222
Nota n. 441, de 8-4-942	1225

Preço 1$000

CONVOCAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA

(Regulamentação)

DECRETO-LEI N. 4.222 — DE 2 DE ABRIL DE 1942

Regula a convocação de oficiais da reserva do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1º. Os oficiais da reserva do Exército ficam em disponibilidade deste durante o período de três anos, a contar da data do decreto de transferência para a reserva, nomeação ou promoção para o primeiro posto e seguintes na 2ª classe da reserva.

Parágrafo único. O aspirante a oficial da reserva é considerado em disponibilidade desde a declaração de aspirante.

Art. 2º. Durante esses períodos de disponibilidade os oficiais ou aspirantes a oficial da reserva podem ser convocados para o serviço ativo, com autorização do Presidente da República e por ato do Ministro da Guerra, publicado no "Diário Oficial" da União, no orgão oficial dos Estados e na imprensa local (se houver), durante três dias, ou, quando possivel e julgado conveniente pela autoridade militar, mediante notificação escrita e pessoal, feita por intermédio das Diretorias ou das Regiões Militares interessadas, com recibo registado de volta, se for o caso.

Art. 3º. O prazo de convocação ao serviço ativo para exercícios de conjunto, estágio de instrução ou manobras não deverá exceder de noventa dias ; nos demais casos, é indeterminado, e termina com o ato de licenciamento ou desconvocação.

Art. 4º. Decretado ou existente o estado de emergência, previsto no art. 166 da Constituição Federal, qualquer oficial da reserva pode ser convocado para o serviço ativo, no Exército ou na Guarda Territorial, por tempo indeterminado ou enquanto perdurar esse estado, mediante autorização do Presidente da República e por ato do Ministério da Guerra, divulgado ou comunicado na forma do art. 2º.

Art. 5º. A convocação mediante publicação será feita, sempre que possivel, com a antecedência mínima de 30 e 90 dias, conforme se trate de oficial em disponibilidade ou não, discriminando as classes da reserva, postos ou turmas de cada posto de oficial ou de aspirante a oficial, e ainda, se não houver inconveniente para a defesa nacional, declarando o prazo e outras condições de prestação do serviço militar que possam interessar aos convocados, para acautelar seus interesses na vida civil.

Do mesmo modo as notificações pessoais observarão essa antecedência mínima e darão os necessários esclarecimentos, inclusive quanto as condições de prestação do serviço.

Podem ser combinados esses dois processos de notificação a juizo da autoridade militar, principalmente visando facilitar a regularização dos interesses civís dos convocados.

Art. 6º. O oficial convocado só deverá ser incorporado após ter sido julgado apto em inspeção de saude por junta militar, salvo quando, por motivo de força maior, no interesse da segurança e ordem pública, não haja tempo para satisfação dessa exigência, que, entretanto, será obedecida na primeira oportunidade.

Art. 7º. A incorporação do oficial ou aspirante a oficial da reserva convocado poderá ser adiada ou dispensada, nos casos e condições previamente estabelecidas, a juizo do Ministro da Guerra, sempre que disso não resulte prejuizo para a segurança nacional.

Art. 8º. O oficial ou o aspirante a oficial da reserva convocado e incorporado poderá ser licenciado a qualquer momento, por incapacidade física temporária ou definitiva declarada por junta militar de saude, e mediante decreto do Poder Executivo ou ato do Ministro da Guerra.

Art. 9º. O oficial da reserva que não atender ao edital de convocação no prazo nele estabelecido será declarado insubmisso, competindo ao comandante da Região em que ele estiver relacionado lavrar o respectivo termo.

Art. 10. O termo de insubmissão será remetido, em seguida, à Auditoria correspondente, e no processo observar-se-á o que estabelecer o Código da Justiça Militar para o crime de deserção.

Art. 11. O oficial da reserva insubmisso será punido com a pena de prisão de 4 meses a 1 ano.

Art. 12. Será tambem declarado insubmisso, ficando sujeito às penas cominadas no artigo anterior, o aspirante a oficial da reserva que deixar de atender ao edital de convocação no prazo nele estabelecido.

O respectivo termo será lavrado pelo comandante da Unidade ou chefe de Estabelecimento que lhe for designado, e o julgamento feito pelo Conselho de Justiça de que trata o art. 18 do Código da Justiça Militar.

Art. 13. O oficial da reserva, para atender à convocação, terá direito a transporte por conta do Governo, de ida e de volta, e nenhuma empresa de transporte, mesmo particular, poderá recusar a requisição que para isso lhe faça diretamente o oficial da reserva, em caso de força maior e com as necessárias comprovações.

Normalmente, essas requisições serão feitas por autoridade militar ou civil, depois das necessárias comprovações por parte do convocado.

Art. 14. O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1942; 121º da Independência e 54º da República.

GETULIO VARGAS.
Eurico G. Dutra.

(D.O. de 6-4-942.)

BRASIL MUSEU VIRTUAL DA FEB